

ATO PATRIÓTICO: O MALLEUS MALEFICARUM DA PÓS-MODERNIDADE

Alexandre Veiga*

Resumo

Procurando discutir a filosofia da comunicação, este artigo quer verificar as teorias destes autores em relação à comunicação e, mais especialmente, à informação, tida como um objeto oriundo do registro documental. Como proposta de análise, pretende questionar as relações entre modernidade e pós-modernidade, valendo-se de um paralelo entre um documento medieval, o Martelo das Feiticeiras, e o recém-editado Ato Patriótico do governo norte-americano.

Palavras-chave

Modernidade – Pós-modernidade – Ato Patriótico

Porém é neste ponto que devo lembrar ao leitor o óbvio, a saber, que a nova cultura pós-moderna global, ainda que americana, é expressão interna e superestrutural de uma nova era de dominação, militar e econômica, dos Estados Unidos sobre o resto do mundo: nesse sentido, como durante toda a história de classes, o avesso da cultura é sangue, tortura, terror e morte.

Fredric Jameson

O estatuto filosófico busca sempre o esteio do que pretende dar conta. Refletindo sobre os acontecimentos, a filosofia quer examinar o piso básico, o local no edifício do conhecimento onde se desenvolvem os episódios que vão, a partir daí, erigir outros fenômenos. Com relação ao fazer comunicacional, esta perspectiva impõe aspectos que dizem respeito não somente à ação em si – a comunicação – como principalmente do *leitmotiv* que a faz existir. E um dos mecanismos que observamos é a configuração social implementada através dos meios de comunicação de massa.

Ao assumir a função de porta-voz da sociedade, os *mídia* vêm obtendo, ao longo do tempo, uma ampla capacidade configuradora do mun-

Abstract

Discussing the philosophy of communication, this article wants to verify their theories in relation to the communication and especially, the information as an object derived of a documentary record. The analysis suggested, wants to debate the relationships between modernism and post-modernism, using a comparison among a medieval document - *Witches' hammer* and recently published - the *Patriotic Act* from the USA government.

Key Words

Modernity – Post modernity – Patriotict Act

do ao seu redor, tornando-se quase definidor das regras sociais e da sua dinâmica de funcionamento. A partir do que divulgam os meios de comunicação, homens e mulheres vivem seu cotidiano pautados – para usar uma expressão do meio – por estas configurações. Estes vão desde eventos de menor impacto, como o fanatismo devotado aos astros da música e do cinema, até a nefasta e destruidora ação desencadeada nos países muçulmanos por uma série de charges consideradas ofensivas pelos líderes religiosos locais.

Esta reflexão deixa claro, embora muito mais se possa dizer a respeito, sobre o caráter configurador do todo social que devemos observar ao tratar da questão comunicação. para isto, contribuiu a diminuição do sentido histórico, causado pelo redimensionamento dos eventos, transmitidos quase que sempre “on-line”, no momento em que ocorrem (BODEI, 2001, p. 72).

A responsabilidade de tal embotamento vem amiúde atribuída aos meios de comunicação de massa, os quais, vinculando os indivíduos à imediatez do tempo real, despejam sobre as suas distraídas consciências um fluxo já ingestível e indigerível de informações sobre os acontecimentos que ocorrem

cotidianamente no mundo e que ninguém está agora em condição de questionar a sua veracidade.

Pretendemos também associar nesta discussão o pensamento de três expoentes da filosofia. A análise das teorias de Nietzsche, Foucault e Gilles Deleuze produz uma reflexão bastante apropriada da temática que queremos abordar. É também necessário esclarecer que, em nossa concepção, a área da informação não pode ser dissociada do processo comunicacional. Pertencendo a uma profissão cuja atividade é o controle de documentos, ação voltada à informação, é preciso fazer a ressalva de que, quando entra em debate a questão comunicação, está-se também entendendo a informação.

A comparação entre as ações do governo norte-americano após o 11 de setembro de 2002 e

Da mesma forma que agia a Igreja Católica durante os anos de 1300 a 1800, quando figurava como o grande poder social do Ocidente, a legislação anti-terrorista do governo Bush quer estruturar o mundo de acordo com as vontades de seu governo

o “Martelo das Feiticeiras”, surgiu da percepção de que vivemos uma nova época de caça às bruxas. Da mesma forma que no período medieval, nos anos da tragédia nazista e ao longo do Macarthismo, o atual período histórico reflete a intolerância social e transferência de responsabilidades de si para os “inimigos externos”. O “inferno são os outros”, no dizer de Sartre. Esta perspectiva compeliu a uma brutal dificuldade no convívio com as diferenças, da mesma forma que observamos no medievo.

A institucionalização de uma rede de procedimentos “legais”, consubstanciada no “Ato Patriótico”, permite observar como se configura o poderio norte-americano. Da mesma forma que agia a Igreja Católica durante os anos de 1300 a 1800, quando figurava como o grande poder social do Ocidente, a legislação anti-terrorista do

governo Bush quer estruturar o mundo de acordo com as vontades de seu governo. Formado por expoentes da direita religiosa e fundamentalista norte-americanas, é baseado nos princípios da moral cristã e da ética capitalista em seu corte mais tradicional. Com práticas que remontam ao período capitalista mercantil, o atual governo norte-americano não reluta em defender de forma intransigente seus interesses, valendo-se para isto inclusive da força militar, como bem demonstra a ação no Iraque. Neste contexto, a comunicação é uma arma fundamental. Para Mattelart,

[...] desde o século XIX as primeiras utopias diziam: ‘a comunicação é como a religião’. Ambos os termos têm a mesma etimologia: religare. O problema é, portanto, abandonar qualquer fé religiosa e afirmar que, de todo modo, o que está em crise é a noção de progresso e, junto com ela, a noção de comunicação como redentora.”¹

Dentro deste panorama, apontado aqui em poucas linhas, queremos explorar como se apresenta o controle da sociedade exercido pela citada legislação. Para isto, defendemos a hipótese de que a fragmentação do pensamento racional produzido pela “Pós-modernidade” possibilitou este tipo de controle. Isto foi possível porque, no debate entre Modernidade e Pós-modernidade, entendemos que esta transformou-se não num episódio posterior, mas sim no retorno à práticas antigas, reconfigurando as sociedades e permitindo o estabelecimento dos atuais mecanismos de controle social.

Será necessário contextualizar, ainda que também de maneira sucinta, o 11 de setembro, episódio crucial na elaboração do “Ato Patriótico”. Sua elaboração é uma das mais inequívocas demonstrações da afirmação de uma metodologia de administração social que se coloca equivocadamente acima dos interesses da sociedade. Este controle, como de hábito, serve apenas para manter intactos os interesses e os valores de uma pequena parcela dos 6 bilhões de habitantes do planeta.

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Estabelecer conceitos mínimos sobre modernidade e pós-modernidade seria responder à questão feita pelo menino à Santo Agostinho na famosa parábola: é possível colocar toda a água

do mar dentro de um pequeno buraco? Assim, queremos neste debate apenas considerar alguns aspectos, aqueles que nos interessam diretamente. Modernidade e pós-modernidade continuarão sendo alvo de milhares de questionamentos, o que vamos fazer é acrescentar algumas reflexões.

Como principal característica, a modernidade é entendida como herdeira do Iluminismo renascentista. É sobretudo o primado da razão, do racionalismo científico e principalmente das grandes narrativas, que deveriam explicar o mundo e dar conta de todas as suas idiossincrasias. O projeto da modernidade pode ser encarado como o ápice da cultura científica, desenvolvida sobretudo a partir do progresso histórico da sociedade, que sobreveio notadamente no período da 2ª Revolução Industrial.

Investida pelo pensamento do período das Luzes, a modernidade pretendia dar conta da totalidade dos processos históricos, valendo-se da construção teórica cuja premissa era o processo científico básico. Os pensadores modernos, propunham a grande narrativa como modelo global de produção e reprodução do conhecimento. A compreensão do mundo passava pelo uso indubitável desta premissa, desimportando-se aí as diferenças entre as civilizações. Como nos diz Boaventura de Souza Santos, referindo-se ao nascimento da ciência moderna,

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem por seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas.²

O projeto moderno pretendia, dentro de uma lógica herdeira do positivismo, constituir um corpo de conhecimento suficiente e necessário para eliminar da sociedade as manifestações de irracionalismo: mitos, religiões, todo tipo de superstição. Calcado na idéia de progresso e de linearidade da história, pautava-se pela dinâmica científica que ia acumulando, em etapas, os resultados que um dia levariam à perfeição da vida.

Como experiência social, o projeto moderno queria chegar a um futuro idílico, através de uma sociedade estável, democrática, igualitária, eliminando o potencial de irracionalidade que grassava no mundo. Para eles, tal circunstância era a causadora dos males que a humanidade so-

Estabelecer conceitos mínimos sobre modernidade e pós-modernidade seria responder à questão feita pelo menino à Santo Agostinho na famosa parábola: é possível colocar toda a água do mar dentro de um pequeno buraco

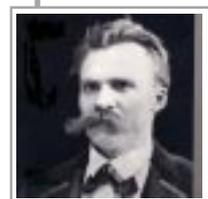
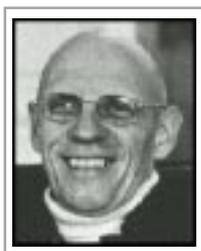
fria. Afastadas as imprevisibilidades do mundo em sua lógica natural, haveria de se estabelecer uma condição suprema de manutenção da vida humana.

Podemos então afirmar que o projeto moderno pretendia organizar o mundo à vontade e semelhança dos homens, e não mais submetido às dificuldades encontradas ao longo dos séculos. Para a modernidade, o antigo deveria ser substituído pelo novo, mas pelo novo projetado de acordo com a racionalidade científica, capaz das soluções mais adequadas para os problemas da população. Havia uma motivação positiva na proposição da modernidade, que levaria a humanidade a uma etapa superior.

Evidentemente que tais premissas cedo encontraram seus críticos. Desde o início o projeto moderno foi percebido como contraditório e demasiadamente otimista. Edmund Burke, por exemplo “[...] não fez nenhum esforço para esconder as suas dúvidas e o seu desgosto com os excessos da Revolução Francesa”, enquanto Malthus questionava a capacidade da produção agrícola para “[...] escapar das amarras da escassez humana” (cito em ambas HARVEY, 2003, p. 25). Estes pensadores já demonstravam a inviabilidade desta capacitação teórico-metodológica para elaborar um *modus vivendi*.

Mas foram sobretudo os acontecimentos macabros envolvendo o uso militar das descobertas da ciência – caso específico da bomba atômica – e principalmente a revelação da crueldade “burocrática” dos campos de concentração nazistas que abalaram em definitivo o edifício da modernidade. Nestes episódios, restou absolutamente comprovado que não bastava ao homem o domínio pleno da racionalidade, e uma aplicação científica dos conhecimentos adquiridos. Havia outras condições de funcionamento na sociedade que eram necessárias considerar.

A ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que um dia possuiu. De certa forma,



isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. Duas guerras mundiais, a invenção de armas de guerra terrivelmente destrutivas, a crise ecológica global e outros desenvolvimentos do presente século poderiam esfriar o ardor até dos mais otimistas defensores do progresso por meio da investigação científica desenfreada.³

A Razão moderna já estava produzindo a tessitura crítica de seus próprios erros. Nem poderia ser diferente, pois não haveria contradição maior do que uma filosofia, que defendia como sua premissa básica a investigação científica, bloquear as reflexões a respeito de si mesma. Atento a isso, o projeto moderno buscava a correção de rumos, o retorno a uma prática adequada de investigação do mundo.

Só que tudo havia se modificado. Conspicua pela crueldade do uso, defenestrada por uma geração que lutava por mudanças significativas no controle do poder e principalmente vendo convaler e finalmente ruir o projeto de sociedade utópica defendida pelo filho dileto do pensamento hegeliano, o socialismo soviético, a modernidade entrou nos anos 70 ferida de morte. Era preciso superá-la, seguir adiante, libertar o homem das amarras da frieza e da intolerância cientificizantes.

O conceito de pós-modernidade tem diversos nascimentos. Há os que lhe dão data, hora e local, como David Harvey, que declara ter ocorrido às “15h32m de 15 de julho de 1972” (HARVEY, 2003, p. 45). Outros, como ANDERSON, (1999, p. 9-10) defendem que a idéia de “... ‘pós-modernismo’ surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes do seu aparecimento na Inglaterra ou nos Estados Unidos.”. Para Fredric Jameson, o termo revela “A lógica cultural do Capitalismo Tardio”, subtítulo de seu livro a respeito.

O fato é que ocorreram significativas modificações na sociedade ocidental, que conduziram a esta etapa. A aceleração do processo de globalização, produzida pelo aporte tecnológico desenvolvido no pós-guerra, e o recrudescimento da insatisfação com as práticas totalitárias dos poderes político e científico tiveram fortes efeitos. Eram necessárias outras explicações para o fenômeno do mundo, algo que desse conta ou pelo menos passasse a considerar os aspectos

negligenciados pela perspectiva totalizante da modernidade. Era preciso, portanto, ir adiante.

A pós-modernidade mostrou como pressuposto o que Bauman diz como sendo sua maior evidência. Para este autor, ela “desafia o direito de a ciência validar e invalidar, legitimar e deslegitimar – em suma, de traçar a linha divisória entre conhecimento e ignorância”.⁴ Do ponto de vista pós-moderno, o conhecimento precisa encarar uma quantia de incerteza e de ignorância, pois não nos é dado sabermos tudo a respeito de tudo. A falta de explicação para um fato é, ele mesmo, parte da explicação, causa e consequência do devir histórico que não caminha numa única direção possível, mas sim em torno de si mesmo, indo e voltando ao sabor das incertezas.

A pós-modernidade pleiteia, assim, o fim das grandes narrativas, da totalidade explicativa do mundo, da ciência como modelo de validação. Para os pós-modernos, é essencial fragmentar o conhecimento, cada um dando conta de seu universo particular, relacionando-se – ou não – com o todo homogêneo. É o momento de narrar a “história dos vencidos”, do povo, daqueles que até

Do ponto de vista pós-moderno, o conhecimento precisa encarar uma quantia de incerteza, pois não nos é dado sabermos tudo a respeito de tudo

então não existiam enquanto atores sociais. É a hora também de valorizar as crenças, a cultura popular, a irracionalidade do lugar-comum, escapando do condicionamento teleológico que a modernidade queria alcançar.

Outro elemento importante neste panorama, e que aqui nos interessa diretamente, é o fundamentalismo religioso. Como resultado das dificuldades de se encontrar respostas para um mundo em crise, há um retorno à crença no divino, às explicações irracionais, na busca de reflexões impossíveis no plano científico. Esta reconversão, na medida em que também não consegue apresentar soluções, ainda assim não experimenta uma desilusão, tal como se deu com a modernidade. Ao contrário, por prescindir de lógicas explicativas, suas atitudes são acirradas, a religião investe mais ainda no divino, buscando

alcançar aquilo à que se propunha.

Como resultado da má leitura desta proposta, e embora também fruto de outras circunstâncias, temos o retorno a uma postura individualista, uma visão de mundo egocêntrica, e a busca da convivência em grupos de dimensões reduzidas, as chamadas “tribos”, onde o que importa é o valor do grupo, e não uma visão coletiva de sociedade. Ao questionar a modernidade, este “pós” dá sinais de retorno à práticas abandonadas. Por debater em um patamar de perspectivas já conhecidas, a pós-modernidade cai numa armadilha que acaba provocando estragos tão grandes ao convívio humano quanto aqueles causados pelo projeto moderno. O 11 de setembro acaba sendo um destes resultados.

FRIEDRICH NIETZSCHE ALÉM DO BEM E DO MAL

Nas raízes da pretendida superação moderna, um dos primeiros autores referidos é o filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Para ele, a modernidade nada mais era do que um poderoso sistema de valores morais, atribuídos à civilização ocidental a partir de seus pais fundadores. Desde Platão, passando por Kant e Hegel e vindo até seu contemporâneo Schopenhauer, Nietzsche dizia que haviam criado um processo dialético e totalizante de apreensão do conhecimento, configurado numa proposta moral que encarcerava a humanidade. Este ato ocorria sobretudo com a metafísica, que “[...] faz da vida qualquer coisa que deve ser julgada, medida, limitada, e do pensamento, uma medida, um limite, que exerce em nome de valores superiores”⁵.

O filósofo alemão pregava que a humanidade vinha em um processo de degenerescência porque a vontade de poder se estabelecia com a vitória das classes inferiores. Em uma época que visualizava a expansão da cidadania – ainda que sob as botas do imperialismo europeu sob outros continentes, a sublevação das classes populares contra a aristocracia fazia-o abominar os valores da democracia. Invertendo os cânones defendidos pela modernidade, apregoava que a ciência “[...] procura nos prender do melhor modo a esse mundo simplificado, completamente artificial, fabricado, falsificado”⁶. Em uma época de Luzes, defendia o desatino e a escuridão. Dizia ele que a liberdade do espírito está em não aceitar qualquer condicionamento moral da sociedade.

[...] acreditamos que dureza, violência, es-

cravidão, perigo nas ruas e no coração, ocultamento, estoicismo, arte da tentação e diabolismo de toda espécie, tudo que há de mau, terrível, tirânico, tudo o que há de animal de rapina e de serpente no homem serve tão bem à elevação da espécie “homem” quanto o seu contrário⁷

A filosofia, para Nietzsche, nada mais era do que uma invenção deste mundo, um duelo entre a força e a fraqueza, uma interpretação e avaliação da realidade, conduzida por uma proposta moral. Crítico da religião, da democracia e do socialismo, elaborava tiradas de puro racismo e preconceito. Não é à toa que o nacional-socialismo vai se valer de suas palavras, principalmente na identificação com o “super homem”, embora o façam de maneira equivocada. E também não é gratuitamente que seus textos vão conduzir à fragmentação pós-moderna.

Mais ainda se poderia dizer. Mas concluímos dizendo que Nietzsche acabou por reproduzir o erro moderno, ao querer conduzir o pensamento de todos por seu raciocínio. Também ele tornou-se um definidor de conceitos. Argüindo que o conhecimento se dá *a posteriori*, através dos sentidos, sua herança foi apropriada pela filosofia pós-moderna, que através dos meios de comunicação (substitutos da filosofia) passou a estabelecer uma nova moral, defendendo seus próprios valores.

FOUCAULT E A SOCIEDADE DISCIPLINAR

O próximo autor que converge com uma reflexão bastante interessante nesta perspectiva de nova configuração do controle da sociedade é Michel Foucault. Valendo-se de farta documentação de arquivo, e reproduzindo de forma nua e crua os absurdos suplícios a que eram submetidos os criminosos na passagem do Medievo à Idade Moderna, o autor abre seu livro “Vigiar e Punir” (30ª edição, 2005) observando a chegada de uma nova era. E, com ela, o “desaparecimento dos suplícios” (FOUCAULT, 2005, p. 12). Essa passagem devemos ao início da modernidade.

Construindo seu texto na busca do contraste entre a pré-modernidade e os novos tempos, o autor considera que desta forma deu-se o fim da punição, passando-se à “docilização” dos corpos. Esta mudança marca o ápice do uso da



A sociedade de controle é uma sociedade esfacelada, submetida ao controle total exercido pelo mercado, em âmbito mundial. Nessa sociedade, o controle se dá pela liberação somente aos que possuem a senha. É por esta “cifra” que somos cidadãos, tendo acesso às informações e ao relacionamento com o mundo. Só que neste contato deixamos rastros, somos sistematicamente vigiados, encarcerados por um mecanismo que aposta na invisibilidade como fórmula para a manutenção do *status quo*.

O que vale agora é, portanto, a tensão do auto-controle. Como se não bastasse a cerca eletrônica dos níveis de senhas, torna-se disseminada a estratégia das câmeras de vigilância que, espalhadas pela cidade, controlam a população. Sem saber quem controla tais câmeras, vivemos acuados, agindo sempre com cuidado total, mesmo onde não há este equipamento. Inclusive na Internet, até há pouco difundida como um espaço livre de controle, cada vez mais se torna possível identificar os autores não só dos crimes cibernéticos, mas mesmo daqueles que pretendiam fazer da rede um locus de discussão social. E é neste sentido que se enquadra a legislação americana.



MALLEUS MALEFICARUM, O 11 DE SETEMBRO E O ATO PATRIÓTICO

Escrito em 1484 pelos padres dominicanos Heinrich Kramer e James Sprenger, o *Malleus Maleficarum* é um compêndio das idéias da época à respeito das ações tidas como demoníacas. Seu uso era recomendado na preparação dos Inquisidores da Santa Madre Igreja, na tarefa de eliminar da sociedade os responsáveis por heresias ou ações nefastas, evidenciadas desde simples episódios até ações que mais impressionavam a população. Um objeto de valor que se perdia, um animal de carga que morresse de causa desconhecida, a mulher que não engravidava ou a seca que assolava a região eram devotados à ação de uma bruxa ou do demônio incorporado em algum aldeão desafortunado, e que deveriam ser encontrados e “salvos” pelo Tribunal do Santo Ofício.

Não é difícil imaginar o que estes episódios produziam. Quaisquer dificuldades da população eram mitificadas e sua causa atribuída a um doente mental, um morador recente da região ou, principalmente, às mulheres, estas desde o Gênesis portadoras dos males do mundo. Afinal, fora a

tentação de Eva a causadora da expulsão do Paraíso. O mais importante, porém, é observarmos como se constituiu este recurso simbólico, transferindo para o sobrenatural os problemas humanos. As tragédias que acometiam a humanidade não eram por conta de suas ações racionais, mas obra de atividades promíscuas e anti-religiosas, devendo ser expiadas pela morte sob tortura, na fogueira ou na forca. Do contrário, não haveria redenção possível, para si e para sua comunidade.

Símbolo de uma visão de mundo pré-cartesiana, o “Martelo das Feiticeiras” é um documento evidente do modelo de pensamento baseado na religiosidade, na subjetividade absoluta e na desconsideração dos princípios filosóficos do humanismo renascentista, que surgiria pouco tempo depois. A atribuição dos males às ações de Deus ou do Diabo é o ápice da visão de mundo teocêntrica, que pautou a vida naquele período. Quaisquer divergências dos cânones católicos eram punidos, pois revelavam manifestações demoníacas, cujo objetivo era a destruição do cristianismo.

REVENDO O 11 DE SETEMBRO

No mundo da globalização neo-liberal pós-queda do Muro, reacenderam-se disputas regionais em vários locais. A grande maioria havia sido silenciada pelo enfrentamento entre os blocos capitalista e socialista, que travavam entre si a disputa de maior intensidade. Ainda que eventualmente viessem à tona, estes conflitos ocorriam sob a égide daquela disputa de maior porte, o que servia para lhes desconstituir enquanto circunstância específica. Tornavam-se desde sempre uma batalha pelo modelo de sociedade, e não por seus interesses locais.

O panorama alterou-se radicalmente após a derrocada do sistema soviético, no bojo das mudanças efetuadas na *glasnost* e pela *perestroika* de Mikhail Gorbachev. Foram caindo como que num jogo de dominó as ex-repúblicas socialistas soviéticas, a Iugoslávia se dissolveu em uma série de estados menores, e o mundo árabe despontou com mais densidade no cenário geopolítico do planeta.

Nesse caldo de desorganização política, recrudesceram as identidades locais, refletindo também os anos de financiamento tanto de americanos quanto de soviéticos, que por longos períodos forneceram armas e recursos tecnológicos a estes grupos, na ânsia de derrotar seu inimigo,



foi abatido, ou derrubado - o mistério continua - antes de chegar à Casa Branca), e o poder econômico e social, na queda dos edifícios do World Trade Center, no coração de Nova York, considerada como a “capital do mundo”, pelo cosmopolitismo e por ser a sede da Bolsa de Valores mais importante do capitalismo mundial. Alvos escolhidos a dedo, portanto.

A onda de ataques provocou fortes sentimentos. A grande maioria dos países rapidamente solidarizou-se com o povo americano, chocados com as mortes entre a população civil, indefesa e sem condições de reação. O choque mitigou as freqüentes críticas que o presidente Bush sofria, por sua inépcia ao tratar da geopolítica global. A onda de apoio iria proporcionar a invasão do Afeganistão pelos americanos, país que há anos enfrentava uma dura guerra civil. A alegação era a de caçar o grupo terrorista apontado como o responsável pelo atentado, a Al-Qaeda de Osama Bin Laden.

Também nesta seqüência ocorreu o ataque norte-americanos contra um ditador que, é sempre importante lembrar, fora “entronizado” pelo próprio governo dos Estados Unidos. De aliado, o Iraque passava a inimigo número 1, em substituição aos “comedores de criancinha” soviéticos.

Embora logo se desvanecesse, a trégua obtida por Bush foi suficiente para implementar uma série de ações militares, políticas e legais a fim de, em suas palavras, “dar combate sem tréguas ao terrorismo”. Na seqüência destes acontecimentos, seria então proposta e aceita a edição do Ato Patriótico.

PARA DETER E PUNIR TERRORISTAS

O documento protocolado sob o código H. R. 3162, que ficou conhecido por “Ato Patriótico”, é um procedimento constitucional emitido pelo Poder Executivo dos Estados Unidos, submetido ao Senado daquele país no dia 24 de outubro de 2001, 45 dias após os ataques que o iriam insuflar. Trata-se de um compêndio de regras que objetiva “... deter e punir atos terroristas nos Estados Unidos e em qualquer lugar do mundo, estabelecendo proposições legais para tanto, entre outros propósitos.”¹¹, como diz seu preâmbulo.

Uma questão importante se destaca já na análise do volume do documento. Formado por 1016 seções, ocupa nada menos que 342 páginas. Isto tudo editado, votado e aprovado pela esma-

gadora maioria dos congressistas em menos de dois meses, numa impressionante demonstração de eficiência política. Claro que uma leitura atenta demonstra que muitos de seus preceitos não foram devidamente debatidos, e que sua aceitação ocorreu dada a sensibilidade pública que o 11 de setembro proporcionou.

O fato de tal documento ser apresentado tão rapidamente só reforça a tese de que o governo Bush, a exemplo de seu antecessor em 1940, valeu-se do episódio para fazer aprovar perante a sociedade americana um conjunto de regras que delimitam, vigorosamente, um dos mais notáveis esteios daquele povo, sua liberdade de expressão e a secular prática democrática. Claro que esta suspeita ainda terá de esperar por sua confirmação pela história.

A partir desta condição, o governo dos Estados Unidos vêm se notabilizando por cercar a liberdade de informação da população em geral. Recentemente, exigiu que um dos mais famosos buscadores de termos da Internet, o Google, fornecesse os registros de todos os números de IP (o que possibilita identificar o usuário), supostamente para coibir a pornografia infantil. A renhida briga judicial, por hora, está sendo vencida pela empresa, mas resta saber até quando.

Outra polêmica ocorreu pela exigência de que as bibliotecas, públicas e particulares, fornecessem aos órgãos de segurança os registros de leitores de quaisquer publicações voltadas ao islamismo.¹² Esta ação deveria ser imediata, e de caráter irrestrito. Pouco importava, segundo a determinação governamental, se fossem crianças realizando pesquisas escolares, adolescentes curiosos em ler o Corão ou mesmo aposentados que buscavam outras fontes de informação que não aquelas fornecidas pela grande imprensa. Esta, por sua vez, adotou o discurso do governo Bush e divulgava apenas informes oficiais. Aliás, qualquer voz dissonante era imediatamente taxada de “terrorista” em potencial, ou no mínimo de falta de patriotismo.

Em outro campo, num lance de pura demagogia, ao comentar a recente onda de fanatismo perpetrada contra jornais europeus, que publicaram charges consideradas ofensivas ao Islamismo, o governo Bush repreendeu os jornais, entendendo que ofendiam princípios religiosos. Num misto de esperteza política de baixo nível, misturada à uma visão de mundo equivocada, por considerar princípios religiosos específicos como uma totalidade social, esta atitude revela ain-

da o teor altamente reacionário que o governo daquele país está produzindo em suas ações no mundo globalizado.

Todos estes elementos são visíveis no “Ato Patriótico”. Examinando seus principais tópicos, revela-se o caráter altamente controlador de seus artigos. Para o governo Bush, não é necessário apenas investigar o terrorismo, mas sim controlar a comunicação em nível mundial, utilizando-se para isto dos meios que entender necessários, sem quaisquer outras justificativas, apenas por sua decisão exclusiva.

O documento também compele as ações do governo para impedir ou condenar os atos de discriminação contra árabes e muçulmanos. Na seção 102, o texto refere que “Os atos de violência efetuados contra árabes e muçulmanos americanos desde o 11 de setembro de 2001, ... , são condenados por todos os americanos que valorizam a liberdade.”¹³. Além da preocupação com os inimigos, este item demonstra uma valorização justamente daquilo que o Ato busca restringir, a liberdade de expressão.

Entendemos então que os dois documentos, símbolos-chave de suas épocas históricas, encontram sua similaridade justamente por pretenderem configurar o comportamento da sociedade. Ambos promulgam uma verdade absoluta, um pela fé na Igreja Católica, outro pela manutenção da Pátria. Ambos também exortam a todos para que o obedeçam cegamente, permitindo que seus preceitos sirvam de modelo de vida, questionando quaisquer comportamentos desviantes. Ambos, sobretudo, são oriundos de uma visão de mundo distorcida e fragmentada, típica dos períodos de irracionalidade.

CONCLUSÃO

Como vimos, o episódio que já se tornou emblemático deste recém nascido século, o 11 de setembro de 2001 marcou de forma indelével nossa sociedade. Se haviam dúvidas a respeito dos nossos rumos, estas tornaram-se ainda maiores após os ataques às Torres Gêmeas. Demonstramos aqui que a pós-modernidade, no afã de superar seu estágio anterior, transmutou-se em coveira das propostas que a modernidade, à duras penas, havia construído. Uma configuração inadequada, produzida por uma leitura equivocada e embalada pela conjuntura econômico-financeira mundial está permitindo um novo pe-

ríodo de perversidades, agora planetárias.

A modernidade, portadora da razão, vivenciou diversos episódios negativos em sua ânsia de configuração do mundo. Os problemas derivados da insensibilidade cientificizante desta racionalidade causaram crises graves, cujo ápice foram os conflitos armados de diversas proporções, em vários pontos do planeta. Contudo, neste projeto havia uma busca pela lógica racional que poderia, se bem utilizada, conduzir a uma proposição adequada.

Sua desconstituição, pelos motivos aqui analisados, constitui o que chamamos de uma “anti-modernidade”, que se escondeu sob o prefixo de “pós”. A lógica desta aparece no condicionamento do mundo não só sob uma outra moral, da qual os meios de comunicação tornaram-se os novos portadores, mas principalmente ao estabelecer uma sociedade mundial de controle. Esta, por sua vez, encontrou sua garantia jurídico-política no “Ato Patriótico”, editado pelo governo dos Estados Unidos.

Nossa proposta procura evidenciar que vivemos hoje uma sociedade controlada não pelos princípios éticos e transparentes evocados pelo Século das Luzes e por sua herdeira direta, a Modernidade. A civilização atua agora submetida à um controle invisível, exercido pelo medo de ser apanhada em erro e punida pelo sistema, nos moldes do que anteviam o “Big Brother” de George Orwell, e que descrevera Kafka em seu clássico “O Processo”.

Sobretudo, o que percebemos é que a vigilância da sociedade, até há pouco exercida por mecanismos claramente identificados, hoje encontra-se sob os cânones do terror total, que submete todos ao medo de serem descobertas, ainda que não cometendo nenhum crime. Neste mecanismo, o pior dos vigilantes é a própria consciência, que já não sabe mais onde está o observador e, por conta disto, vive sob a tensão da descoberta.

Talvez o “Ato Patriótico” também fosse editado no período moderno. Mas seu aparecimento neste momento é emblemático. Assim como em 1484 a Inquisição impunha-se pelo inconsciente, que encontrava culpas em cada ato, hoje devemos ainda mais temer o uso das tecnologias da comunicação. A prisão e o degredo podem acontecer por simples consultas a palavras “condenatórias”, como Islamismo ou Alcorão.

A pós-modernidade, buscando eliminar os excessos modernos, acabou propiciando a evolução para um retorno.

NOTAS

* Mestrando FABICO/UFRGS.

¹ MORAES, D. (org.). *Combates e Utopias*, p. 276.

² SANTOS, B. Um discurso sobre as ciências, p. 10.

³ GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-industrial. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. SP: UNESP, 1997. P. 109.

⁴ BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*. RJ, Jorge Zahar Editor, 1999, p. 259. Citado em CHEVITARESE, L. 2001, p. 7.

⁵ DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*. p. 20.

⁶ NIETZSCHE, F. *Além do Bem e do Mal*, p. 31.

⁷ Nietzsche, F. *Além do Bem e do Mal*, p. 48.

⁸ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, p. 119.

⁹ Frase encontrada nos muros de Paris à época da revolta estudantil de maio de 1968.

¹⁰ DELEUZE, G. *Conversações*, p. 223.

¹¹ *Governo dos EUA*, H.R. 3162, abertura.

¹² *Folha de São Paulo*, Caderno Mundo, domingo, 3 de julho de 2005, p. 25. "Washington monitora usuário de biblioteca.

¹³ SENADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Ato H.R. 3162, Seção 102, Whashington, D.C., outubro de 2001, p. 8.

neiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987. 30ª edição.

HARDT, Michael. A Sociedade Mundial de Controle. In ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

KRAMER, Heinrich e SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. 10ª edição.

MORAES, Dênis de. *Combates e Utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Livro V.

_____. *A Genealogia da Moral*. São Paulo: Editora Moraes.

_____. *Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1987. 12ª edição.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECK, Ulrich. (Org.). *Modernização Reflexiva*. SP: UNESP, 1997.

BODEI, Remo. *A História tem um sentido?* Bauru: EDUSC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

CHEVITARESE, Leandro. *As razões da pós-modernidade*. Acesso em 18/12/05, no endereço: <http://www.saude.inf.br/filosofia/posmodernidade.pdf>.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992. _____. *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, 1965.

EAGLETON, Terry. *A Ideologia da Estética*. Rio de Ja-